

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O abolicionismo de José do Patrocínio e seus inimigos: a discussão da  
intelectualidade na imprensa fluminense em tempos de abolicionismos e  
republicanismos**

MARIANA SANFILIPPO SOARES DOS SANTOS

(RA: 00208297)

SÃO PAULO

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O abolicionismo de José do Patrocínio e seus inimigos: a discussão da  
intelectualidade na imprensa fluminense em tempos de abolicionismos e  
republicanismos**

MARIANA SANFILIPPO SOARES DOS SANTOS

(RA: 00208297)

Artigo científico como trabalho de conclusão de curso para a obtenção de título de licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP (Departamento de História).

SÃO PAULO

2020

*Aos meus pais, Maria de Lourdes e Claudio, e aos meus avós e segundos pais, Therezinha e Miguel. Eu só sou porque vocês me fizeram ser.*

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo iluminar as interações e as desavenças entre José do Patrocínio (1853-1905), proprietário e redator da *Gazeta da Tarde* e do *A Cidade do Rio*, e seus “inimigos”, como assim os chamava, Sílvio Romero (1851-1914) e Apulco de Castro (-1883), na década de 1880. O primeiro, um dos mais importantes intelectuais do século XIX e, o segundo, o proprietário do *O Corsário*, periódico cujo editorial tecia fortes críticas, inclusive em tons raciais, a Patrocínio. Desse modo, o palco do debate entre tais forças era, primariamente, a imprensa. O que também se pretende ressaltar é a multiplicidade de interpretações que recebem as palavras “aboliconismo” e “republicanismo” neste contexto, já que todos os três intelectuais se declaravam como tais, porém divergiam no que isso implicava, especialmente no que se referia à questão racial.

**PALAVRAS-CHAVE:** José do Patrocínio; Sílvio Romero; Apulco de Castro; imprensa; aboliconismo; republicanismo.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to enlighten the interactions and quarrels between José do Patrocínio (1853-1905), owner and writer of *Gazeta da Tarde* and of *A Cidade do Rio*, and his “enemies”, as he would call them, Sílvio Romero (1851-1914) and Apulco de Castro (-1883), in the 1880s. The first, one of the most important intellectuals of the 19th century, and the second, the owner of *O Corsário*, a newspaper which editorial’s session would show strong criticism towards Patrocínio, sometimes even using a racial tone. Therefore, the main stage of the debate between said forces was the press. Another point that is also going to be highlighted is the multiple interpretations around the words “abolitionism” and “republicanism” in said context, since all three intellectuals would call themselves as such, though would diverge on what that would mean, especially on the matter of race.

**KEY-WORDS:** José do Patrocínio; Sílvio Romero; Apulco de Castro; press; abolitionism; republicanism.

“Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto.”<sup>1</sup>

## UMA EXPLICAÇÃO

A minha escolha de palavras para o título deste artigo não foi ao acaso. Na verdade, nunca é obra do acaso quando lidamos com a História, e optar por um termo ao invés de outro diz muito sobre qual direção seguiremos com nossa pesquisa. Sendo assim, sinto que a introdução do artigo o qual escrevo deveria ser a simples explicação do porquê escolhi escrever do modo que escrevi, principalmente o porquê de optar por uma palavra tão forte quanto “inimigo” como uma das norteadoras da pesquisa.

Como se lê na epígrafe, tal palavra foi usada abertamente por José do Patrocínio (1853-1905) em seu próprio jornal, em ocasião da defesa de sua pessoa “das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias”<sup>2</sup> de ter se aproveitado do dinheiro angariado para a causa abolicionista, ou, usando o termo cunhado por Ana Carolina Feracin da Silva, de ser um “papa-pecúlios”. De início, a escolha de palavras causa certo estranhamento. Primeiro porque hoje, no século XXI, o uso deste termo é quase restrito a um universo fantasioso, e mesmo em situações de extremo antagonismo político, a raridade da palavra “inimigo” é digna de nota. Segundo porque, ao checar o significado de “inimigo” no dicionário Houaiss, dois verbetes chamam atenção:

**1** que se encontra em oposição, que se mostra hostil; contrário, funesto, adverso

**4** indivíduo que tem ódio a outro, ou que lhe é antagônico, hostil; em especial, aquele que se empenha em destruir outro, ou causar-lhe danos, em desacreditá-lo, em afastá-lo da posição que ocupa

O primeiro verbe me faz questionar o porquê de Patrocínio ter optado por uma palavra tão forte quanto esta para dar nome àqueles que se opunham a ele, quando “adversários”, “opositores”, ou até mesmo “rivais” seriam sinônimos tão adequados para demarcar suas desavenças quanto o termo utilizado. No entanto, o quarto verbe me fez lembrar de como a historiografia acerca de sua figura o trata: José do Patrocínio é o “ativista do exagero”, como o descreve Angela Alonso:

---

<sup>1</sup> PATROCÍNIO, José do, *Uma explicação*, Gazeta da Tarde, 29 de maio de 1884.

<sup>2</sup> Idem

Patrocínio tributou sua transformação de algoz em paladino dos escravos à tópica romântica da compaixão. O estilo de ativismo político que ela orientaria se aclarou noutra episódio na Lagoa de Cima. Tentou salvar um escravo dos açoites do feitor. [...] Logrou sucesso quando se pinchou da escada e fez sangrar a própria cabeça. Patrocínio seria esse abolicionista dramático, ativista do exagero<sup>3</sup>

Dessa maneira, há dois motivos plausíveis para o porquê de o jornalista ter optado por este termo, que para os ouvidos e olhos atentos, soa tão exagerado: ou porque Patrocínio sabia qual seria o impacto desta palavra aos olhos de seus leitores e de seus “inimigos” e, dessa forma traria um ar de maior gravidade para a situação, ou a escolha foi, de certo modo, impensada e fruto de sua alma exagerada. Infelizmente, não é possível conversar com mortos e perguntar ao autor quais foram suas reais motivações para tal, e há poucos relatos disponíveis sobre como era a pessoa de Patrocínio. Este evento citado anteriormente, trazido por Alonso, deriva do que escreveu Ernesto Senna, cunhado de José do Patrocínio, em ocasião de sua morte, e serviu de bebedouro para outros autores que se dedicaram a traçar uma biografia do aclamado líder abolicionista.<sup>4</sup>

Por ser de caráter elogioso, o escrito de Ernesto Senna buscou iluminar a trajetória de Patrocínio como abolicionista, e escolheu, propositalmente, deixar de fora algumas partes de sua vida que não eram tão elogiosas à sua pessoa, como sua saída da *Gazeta de Notícias*<sup>5</sup>. Este fato nos leva a questionar a veracidade dos relatos e da intensidade da vida de José do Patrocínio e, portanto, leva-nos à conclusão de que sua imagem foi cuidadosamente esculpida, tanto por ele mesmo, quanto por aqueles cuja intenção era cristaliza-lo como herói abolicionista.

---

<sup>3</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015 p. 114

<sup>4</sup> Para mais obras biográficas sobre José do Patrocínio, ver Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969; Osvaldo Orico. *O Tigre da Abolição*, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpico Editora, 1931.

<sup>5</sup> A retirada de um dos trechos da reprodução que Senna fez de “Uma explicação”, sem indicativo de corte, leva Ana Carolina Feracin da Silva a entender que o relato da vida de José do Patrocínio, sob os olhos do cunhado, foi alterado para caber em uma narrativa: a de herói abolicionista.



**Imagem I:** José do Patrocínio (1853-1905)

De volta à problemática em torno da palavra “inimigo”, fica como inconclusiva a razão pela qual Patrocínio decide usá-la. De qualquer modo, a minha escolha inicialmente derivou daquela feita por ele, em 1884. Posteriormente, ao ter em mãos as fontes que respaldam meus argumentos, me pareceu realmente adequado o uso de “inimigos”, pois nenhuma outra palavra justificaria aquilo que foi dito sobre José do Patrocínio. O caráter racial dos ataques contra ele fogem do campo das ideias, ainda que fossem respaldados por elas.

Neste artigo, será abordada a relação nada amistosa entre José do Patrocínio e aqueles que ele entende como alguns de seus inimigos, Apulco de Castro (-1883) e Sílvio Romero (1851-1914). O primeiro, dono e editor de *O Corsário (1881-1883)*, se dedicou a destilar ofensas “violentas que lançava contra tudo e contra todos no início da década de 1880”<sup>6</sup>. Não ficou de fora o líder abolicionista. Em diversas ocasiões, como se verá mais à frente, inclusive em decorrência de seu casamento com Dona Henriqueta da Rosa Senna, de família branca e aristocrata, as palavras de Castro não foram nem um pouco leves contra Patrocínio. O segundo, o crítico literário Sílvio Romero, tinha, entre seus alvos mais frequentes, ninguém menos que José Maria Machado de Assis<sup>7</sup>. Aliado ao *Corsário*, que, diferente do que fez com outras figuras da intelectualidade, reservou ao sergipano apenas elogios<sup>8</sup>, Romero costumeiramente atacava homens de cor pertencentes à intelectualidade em seus escritos. Os ataques de Sílvio Romero a esses homens, como José do Patrocínio, estavam pautados na impossibilidade natural da superioridade da raça negra sobre a branca, embora o autor

<sup>6</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas. Unicamp, 2006, p. 105.

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o assunto, ver SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Sílvio Romero: tensões de um Brasil em tempos de racismo científico e abolicionismo*. In *Capítulos da História intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo, Alameda, 2019.

<sup>8</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas. 2014, p. 111.

defendesse uma sociedade brasileira miscigenada, como será discutido na próxima parte deste artigo.

A intelectualidade do fim do século XIX, da qual essas figuras faziam parte e que *a posteriori* foi intitulada de “geração de 1870”, procurava nas ideias européias em voga a construção de uma crítica ao *status quo* imperial. À primeira vista, a única característica em comum era a jovialidade destes autores, embora, com um olhar mais atento, possa-se perceber que, mesmo que divirjam sobre qual seria o ideal de “avanço” da civilização brasileira, os intelectuais da geração de 1870 partem de um lugar de experiência comum:<sup>9</sup>são excluídos do *status quo* imperial, seja por não serem da elite, seja por não estarem na Corte, ou até mesmo pela cor de pele.

Não foi à toa que tais ideias ganharam tamanha força nas últimas três décadas dos Oitocentos. A instituição base do império, a escravidão, estava caminhando para seu fim legal com a proibição do tráfico com a lei Eusébio de Queirós em 1850 e, posteriormente, com a Lei do Ventre Livre do gabinete Rio Branco, em 1871. Era necessário um novo projeto de Brasil. Dessa maneira, com o esgotamento da escravidão e com a “desagregação” das estruturas políticas e mentais herdadas do Império<sup>10</sup>os novos repertórios intelectuais, como o Cientificismo, o Republicanismo e o Abolicionismo “geraram a necessidade de expurgar, seletivamente, denominadas ideias europeias, como a Monarquia e o Romantismo, em troca de outras, não menos europeias”<sup>11</sup>. Segundo Angela Alonso, a escolha dessas ideias não é de caráter universalizante, mas sim pensada em uma lógica nacional:

Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local.

Esta mudança de ótica revela que aquele movimento intelectual nem era alheio à realidade nacional, nem visava formular teorias universais. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, **sofriam um processo de triagem: havia um critério político de seleção.**<sup>12</sup> (grifos meus)

Sendo assim, cada autor tinha autonomia para se apropriar das ideias que faziam mais sentido

---

<sup>9</sup> ALONSO, Angela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15 n 44. 2000.

<sup>10</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Sílvio Romero: tensões de um Brasil em tempos de racismo científico e abolicionismo*. In *Capítulos da História intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo, Alameda, 2019. p. 28.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> ALONSO, Angela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15 n 44. 2000. p. 36.

para sua visão de “progresso” e até mesmo de Brasil, o que dá margem à continuação da explicação do título do meu artigo. Muitos podem se questionar do porquê da escolha do plural ao falar de “abolicionismos” e “republicanismos”, e a resposta para isto está na explicação acima do que era a geração de intelectuais de 1870. Por não ser um movimento uniforme, tampouco eram uniformes as concepções de “Brasil” almejadas pelos intelectuais da tal geração. Dessa maneira, ao se apropriarem de algumas teorias, os pensadores da época estariam propositalmente relevando outras, e encaixando conceitos naquilo que parecia aplicável para eles.

O palco principal desta rivalidade entre ideias era a imprensa. Primeiro porque os intelectuais que se propunham a discutir as questões escravistas e republicanas eram, muitas vezes, donos dos jornais e periódicos em circulação na cidade, como era o caso do próprio Patrocínio, de Apulco de Castro e de Ferreira de Menezes (-1881), outro importante abolicionista no cenário da Corte, fundador e dono da *Gazeta da Tarde* antes de sua morte, em 1881. Em segundo lugar, o aumento do público leitor nas últimas décadas do século XIX, bem como a modernização trazida por telégrafos, estradas de ferro e tipografias, promoveu, por conseguinte, a mais fácil disseminação de ideias, não só pela Corte, mas também para outras províncias do império, além de ser frequente o contato com outros jornais do exterior.<sup>13</sup> Mesmo o público iletrado, ou seja, a maior parte da população naquele momento, segundo o censo de 1872, não estava alheia à discussão, já que os transeuntes estariam sujeitos a uma verdadeira “leitura de ouvido”, como coloca Humberto Fernandes Machado. Dessa maneira, o papel da imprensa não era apenas informacional, mas também possuía “o poder de ampliar a sua dimensão, influenciando a opinião pública”<sup>14</sup> e, portanto, foi forte contribuidora para a mudança moral, pautada em valores de civilização e progresso, em oposição à escravidão.

## PLURALIDADES

Como já citado na introdução do artigo, o momento político do qual faziam parte as personagens aqui destacadas era marcado por pluralidades. Não apenas havia divergências nas ideias aplicadas a um novo projeto de Brasil, mas também no que elas significavam. Para as três personagens centrais deste artigo, havia uma diferença grande no que a palavra *abolicionismo* significava. Não obstante, *republicanismo* também ganhou significados diferenciados, já que a questão do fim do império está intrinsecamente relacionada à questão do fim da escravatura.

Ao ler o artigo de Ana Flávia Magalhães Pinto, intitulado *A “Gazeta da Tarde” e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio*, deparamo-nos

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a rede de informações abolicionista no império, ver PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, 2014.

<sup>14</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.

com um modelo de abolicionismo não recorrente no final dos Oitocentos: as páginas do periódico se demoravam não só na questão do escravismo, mas também na questão negra. Desde a inauguração da *Gazeta*, em 1880, eram frequentes as denúncias de escravização de cidadãos de cor livres ou a reescravização de libertos em suas páginas<sup>15</sup>, coisas estas incomuns para a época em que eram escritas. Como coloca Ana Carolina Feracin da Silva,

É importante ressaltar assim que no início dos anos de 1880 o “fim da escravidão”, mesmo para aqueles que se tornariam bastantes famosos como defensores da causa, se colocava como um problema questão a ser encaminhado de forma gradual e garantindo a indenização dos senhores. O caso é que o termo abolição/abolicionista ainda não tinha o sentido que adquiriu nos anos precedentes ao 13 de maio de 1888, isto é, o de significar a libertação total e imediata dos escravos, sem indenização<sup>16</sup>

De fato, uma das peculiaridades de Patrocínio e seu círculo abolicionista se deu pela quebra dessa “regra”. Desde o início dos anos 1880, José do Patrocínio se mostrou defensor do povo cuja ancestralidade compartilhava. Tanto nas páginas de seu periódico, quanto em seus discursos inflamados nas chamadas Conferências Concerto<sup>17</sup>, Patrocínio deixou claro seu repúdio pela escravidão, inclusive utilizando-se de um bordão que pode servir de explicação, segundo Ana Carolina Feracin da Silva, para seu pseudônimo de Proudhomme ao escrever na coluna *Semana Política*, da *Gazeta de Notícias*, a partir do final dos anos 1870: “a escravidão é um roubo!<sup>18</sup>”. No entanto, a frase não possui o mesmo sentido daquele cunhado pelo filósofo político francês. Em uma das vezes as quais Patrocínio a utiliza, já em 1885, a máxima vem no sentido de que a instituição da escravidão é um roubo simplesmente porque, naquele momento, já estava praticamente na ilegalidade<sup>19</sup>:

<sup>15</sup> Para saber mais sobre os relatos aqui citados, ver PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A “Gazeta da Tarde” e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio*. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, ou o sexto capítulo de sua tese de doutorado, PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, 2014.

<sup>16</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas. Unicamp, 2006, p. 115.

<sup>17</sup> Este termo é cunhado por Angela Alonso em *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. Já Ana Carolina Feracin da Silva, em sua tese, refere-se aos mesmos eventos como “Conferências Emancipadoras”; nome, este, planejado por André Rebouças, em 1880.

<sup>18</sup> A exclamação remete-se à famosa máxima de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) ao se questionar sobre a propriedade: “Qu'est-ce que la propriété? La propriété c'est le vol.”

<sup>19</sup> Como dito anteriormente, a escravidão estava fadada ao seu fim por conta da lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico negreiro internacional, e a de 1871, do *Ventre Livre*. Além disso, em 1884, entrava em trâmite na Câmara dos Deputados o projeto que viria a se tornar a Lei dos Sexagenários em setembro de 1885, também chamada de lei Saraiva-Cotegipe.

(...) Não temos receio de ser vencidos. Nenhuma lei pode ser invocada para sustentar a escravidão. Basta o confronto da importação de africanos com a emancipação destes, para demonstrar que a escravidão no Brasil é um roubo.

Indenizar o que, com que e para que? Só se indeniza o que é propriedade legal e o escravo é uma espoliação praticada por algumas castas contra o estado<sup>20</sup>

A luta pela ilegalidade da instituição, no entanto, não seria o suficiente para exterminar a mentalidade escravista imperial. Por isso, nas já citadas Conferências Concerto, José do Patrocínio, junto com outros nomes importantes do século XIX, como Castro Alves, Chiquinha Gonzaga e Vicente de Souza, promovia um verdadeiro espetáculo contra a escravidão. Em teatros, como o Polytheama, na Corte, mas também em outras grandes cidades do Império, eram promovidas compras de alforrias públicas a escravizados, recitavam-se textos de cunho antiescravista e discursava-se contra a instituição. O evento ainda era regado de música e poesia antiescravistas. Pediam o fim da escravidão “já”, e sem indenização. Em certa ocasião, Nicolau Moreira reverberou as ideias de democracia rural defendidas por André Rebouças (1838-1898): pediu o fim do “feudalismo bárbaro” e a “subdivisão do solo [...]”, com legislação que incentivasse a pequena e a média propriedade<sup>21</sup>. Em 26 de dezembro de 1880, Patrocínio voiciferou também contra o Império, afirmando que todo abolicionista deveria ser, também republicano; o inverso também era verdadeiro. Teve o apoio do médico Vicente de Souza, também mulato: “[...] nascendo ambos da mesma origem; e subsistindo ambos nos mesmos meios; e tendendo ambos ao mesmo fim; Império e escravidão identificam-se”<sup>22</sup>. No entanto, é preciso entender que, para Patrocínio e alguns dos outros abolicionistas de seu círculo, como André Rebouças, ser abolicionista e republicano significava uma quebra total daquilo que o Império perpetuava. Ao perceberem, após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que a República seria instaurada para restaurar a ordem oligárquica imperial, essas figuras passaram advogar a favor da Princesa Isabel. No final da década, o periódico de Patrocínio, *Cidade do Rio*, “atacava os interesses dos antigos proprietários de escravos que exigiam da coroa uma compensação financeira pelos prejuízos sofridos com a Abolição sob a ameaça de perfilarem-se nas hostes republicanas”<sup>23</sup>:

Isto não era possível, não poderíamos militar no mesmo partido, era necessário discriminar os campos, não queríamos continuar cobertos e confundidos, sob o estandarte republicano, com os fazendeiros que pediam a indenização.

(...) Não! Continuar assim, além de monstruoso era impossível,

<sup>20</sup> PATROCÍNIO, José do, *Gazeta da Tarde* 21 de março de 1885

<sup>21</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015, p. 133

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas. Unicamp, 2006, p. 148.

devíamos tomar uma resolução enérgica, e a tomamos. Dois caminhos se nos apresentavam: os republicanos-abolicionistas aderindo ao manifesto de S. Paulo se haviam unido aos algozes; nós outros os abolicionistas-republicanos, tomamos o caminho oposto: decidimos seguir a sorte das vítimas.

Os libertos (...) em vez de pensar nas represálias, em vez de vingar três séculos de cruento martírio, dedicaram-se a defender a sua Excelsa Redentora dos ataques dos neo-republicanos, seus antigos senhores, lhes dirigiam; enfim, em vez de odiar, amaram! Nós o imitamos!<sup>24</sup>

O público das Conferências Emancipadoras era formado pelos estratos médio e baixo da sociedade: profissionais liberais- advogados, engenheiros, cientistas, jornalistas, entre outros- músicos, professores e pequenos comerciantes eram algumas das profissões que caracterizavam os ouvintes das tais Conferências. Ainda que tivessem opções de carreira limitadas na sociedade imperial, essa parcela de público compunha-se de “letrados e encasacados, portanto internos ao perímetro da assim considerada boa sociedade”<sup>25</sup>. No entanto, Angela Alonso atesta que tal movimento alastrou-se pela sociedade imperial justamente porque não permaneceu reservada a apenas um estrato social: entre os ouvintes, também havia “caixeiros empregados no comércio, tipógrafos, artesãos, solicitadores, jornaleiros, cozinheiros”<sup>26</sup>.

Dessa maneira, o movimento social promovido por Patrocínio e seus aliados conseguiu preencher, por meio do que Alonso chama de “retórica da compaixão”<sup>27</sup>, a lacuna entre as teorias abolicionistas, circuladas entre a elite letrada do Império, e a mentalidade escravista que permeava todos os estratos sociais, sem exceção. Com o uso do espaço público, seja ele concreto, como no uso de teatros para as Conferências, ou abstrato, como as páginas dos periódicos em que escreviam os abolicionistas aliados de Patrocínio, inaugurava-se uma nova forma de fazer política. As “peculiaridades” ressaltadas por Pinto em seu artigo, desse modo, não dizem apenas respeito à questão levantada por Feracin da Silva, mas também vão além: Patrocínio, junto de Ferreira de Menezes, organizou tal militância de maneira a trazer à luz as discordâncias de tratamento que recebiam os pretos, sejam eles libertos, livres ou escravizados. Buscavam “fazer frente a práticas discriminatórias contra a ‘gente de cor’. Era preciso que a abolição fosse incorporada como a afirmação do desejo de harmonia entre brancos e negros”<sup>28</sup>.

Não é à toa que Ana Flávia Magalhães Pinto afirma que há peculiaridades no movimento abolicionista de José do Patrocínio e aqueles à sua volta. Outras personalidades se afirmaram, também, abolicionistas, porém as condições de seus abolicionismos não eram as mesmas

<sup>24</sup> Emílio Rouéde. *Os Libertos*. Cidade do Rio, 26 de abril de 1889.

<sup>25</sup> ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 146.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> “A retórica da compaixão dramatizou a injustiça da escravidão e indicou a reparação: transformar a mercadoria em pessoa ali ao vivo” (ALONSO, 2015, p. 137).

<sup>28</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A “Gazeta da Tarde” e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio*. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, p. 8.

daquelas estabelecidas por Patrocínio. Daí as “pluralidades” do movimento. Os dois outros personagens da História trazidos aqui não seguiam a mesma lógica de compaixão traçada pelos abolicionistas citados anteriormente; pelo contrário, atestaram a inferioridade da raça africana em comparação à branca. Dentro da teoria cientificista que tomou o Brasil no fim do século XIX, dois caminhos eram os possíveis para a raça negra: a miscigenação com os brancos e, por conseguinte, o branqueamento da população, ou a não miscigenação, pois esta inferiorizaria a raça branca. Sílvio Romero tomou o primeiro caminho; Apulco de Castro, o segundo.

Sílvio Romero bebeu intensamente dos discursos considerados modernizadores, ou seja, das teorias deterministas, positivistas e cientificistas que “chegaram ao Brasil justamente quando o escravismo se esgotara, o que, paradoxalmente, serviu para dar *status* ao racismo científico e embaraçar as aspirações de cidadania aos negros e mestiços, dois terços da população brasileira, segundo o Censo de 1872”<sup>29</sup>. Isso significa que, mesmo não tendo opiniões simpáticas ao abolicionismo negro de Patrocínio, o crítico literário estava profundamente envolvido na política progressista característica da geração intelectual de 1870 e, como os outros homens de sua época, trazia consigo um projeto para a nação pós-escravidão. Defensor da imigração europeia para suprir a necessidade de mão de obra após a abolição, e pautado em teorias racialistas, chegou à conclusão que só se atingiria o progresso em território nacional com a miscigenação em busca do embranquecimento da população, majoritariamente negra ou, para usar o termo da época, mulata:

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois a forma branca prevalece e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e aquele sobre o qual repousa nosso futuro.<sup>30</sup>

Para Romero, a mestiçagem característica da população brasileira não era apenas física, mas se dava também nas ideias<sup>31</sup>. Por um lado, era proveitosa para, como já citado anteriormente, embranquecer a população e forjar a nacionalidade tipicamente brasileira. Por outro lado, era também a razão do atraso do país, já que a mentalidade herdada do período colonial tipicamente escravocrata “teria deixado para o futuro a falta de uma ‘mentalidade industrial’”

<sup>32</sup>.

Na obra abaixo, é possível ver a teoria de embranquecimento ganhando vida. Três gerações

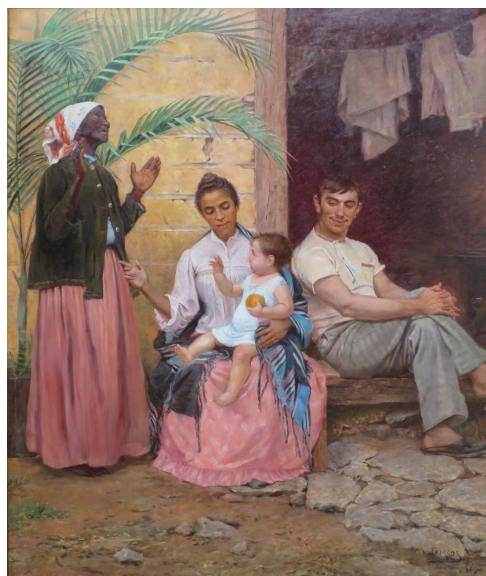
<sup>29</sup> SHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Sílvio Romero: tensões de um Brasil em tempos de racismo científico e abolicionismo*. In: *Capítulos de História Intelectual*. São Paulo. Alameda, 2019, p. 31

<sup>30</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*, Tomo 1. Rio de Janeiro. José Olympio, 1953, p. 132.

<sup>31</sup> “Todo brasileiro é mestiço, quando não no sangue, nas ideias” ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.*, 1953 p. 55.

<sup>32</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Op. Cit.*, 2019, p. 53.

de brasileiros são retratados em variações de pele diferentes: na esquerda, a avó, preta retinta. O avô não aparece na pintura, embora possa-se assumir que ele seja branco, pois a mãe, pertencente à segunda geração, tem a tez mais clara que a primeira mulher. À direita, há um homem branco, com roupas típicas de trabalhador urbano, justificando a tal “mentalidade industrial” imigrante que Sílvio Romero queria implementada no Brasil. No centro da pintura, há o bebê, também branco, fruto do casamento entre a mulher mulata, para usar o termo da época, e o homem operário e branco. Esse bebê seria a perfeição que a mestiçagem deveria atingir. À esquerda, atrás da avó, a árvore que marca a brasilidade da obra: a palmeira.



**Imagem II:** BROCOS, Modesto. *A Redenção de Cam*. 1895

Óleo sobre tela. 199 x 166 cm. Museu Nacional de Belas Artes.<sup>33</sup>

A escravidão, embora fosse símbolo dos resquícios coloniais que impediam a industrialização brasileira, não tinha data para seu fim no abolicionismo de Sílvio Romero. Para ele, diferente dos outros abolicionistas citados anteriormente, a abolição deveria ser fruto de uma mudança de mentalidade orgânica da sociedade brasileira. Era necessário matá-la economicamente para, então, dar lugar ao trabalho livre e proveniente de imigrantes europeus. Após não comparecer a uma das Conferências Emancipadoras a qual fora convidado a discursar, o crítico sergipano justifica sua ausência em sua coluna na *Revista Brasileira*:

Quero a libertação dos escravos por meio de uma *reducto ad absurdum* da escravidão, sem que para isto lhe marque um prazo; porque esta ideia foi repelida, e sem que seja necessário inverter a

<sup>33</sup> Para uma análise da obra, ver LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in)visível: 'A Redenção de Cam', racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. São Paulo, 2013.

história de nossa civilização, que é uma civilização fundada pelos brancos e não inventada pelos negros. Não exijo destes que renunciem e posterguem a sua raça, mas deixem aos brancos o direito de também defenderem a sua. Quero a libertação como resultado de uma transformação orgânica da sociedade, e não como um produto das declamações sem alvo do Sr. Nabuco, ou uma inversão das teorias negristas; quero-a como devem querer aqui os representantes do espírito civilizador europeu.<sup>34</sup>

É possível perceber por esta citação que Romero entendia a movimentação negra como uma espécie de conspiração contra o “espírito civilizador europeu”, e que sua “sensibilidade liberal e conservadora [...] o fazia respeitoso quanto ao direito de propriedade e defensor de um caminho gradual rumo ao trabalho livre, sensível aos interesses dos proprietários”<sup>35</sup>. Bem diferente da concepção de Patrocínio, que, na altura de 1881, já considerava a escravidão quase como ilegal, além de completamente imoral. Nesta ocasião, o crítico cita Joaquim Nabuco (1849-1910), também branco, e envolvido no círculo abolicionista de Patrocínio e Vicente de Souza, embora fosse mais moderado que estes. Em outras vezes, porém, não se privou de atacar os outros dois, muitas vezes em um tom racial, como também o fez com Machado de Assis, como se verá mais à frente deste artigo.

Apulco de Castro, o outro personagem “inimigo” de Patrocínio, seguiu o caminho contrário ao de Sílvio Romero: abominava a miscigenação entre as raças, pois “profundamente embebido nas teorias científicas, o autor” a entendia “como degenerativa, que desvirtuava o caráter dos indivíduos”<sup>36</sup>. Ao saber da notícia do casamento de José do Patrocínio, mulato, com uma senhora branca, *O Corsário*, cujo dono era Castro<sup>37</sup>, não poupou ofensas à união:

(...) E quanto à Exma. consorte do ilustre literato-panfleteiro da Gazeta, a maior felicidade que como bons cristãos lhe podemos desejar, como presente de bodas — em tão lamentável circunstância —, é que Deus lhe ‘proteja’ com uma permanente esterilidade, a fim de evitar-lhe cruéis vexames e inevitáveis remorsos. (...) compreendemos a tranqüila e natural felicidade de uma senhora, branca ou de cor, ser mãe de filhos de sua casta; compreendemos até o orgulho de uma pobre senhora de cor poder chamar de seu filho um José do Patrocínio, mas o que não compreendemos é nem a glória, nem a felicidade, nem o orgulho — sendo uma moça branca — de vir a ser mãe dos molequinhos filhos

<sup>34</sup> ROMERO, Sílvio. *A questão do dia- a emancipação dos escravos*”, In. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, 1881, p. 203

<sup>35</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Op. Cit.*, 2019, p. 73.

<sup>36</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Op Cit*, 2006, p. 111

<sup>37</sup> Não se pode afirmar que o redator do artigo tenha sido o próprio Apulco de Castro, pois não há assinatura no escrito. No entanto, segundo Feracin da Silva, tudo indica que o texto é de sua própria autoria.

de um Preto Cínico<sup>38</sup> por excelência. Abrenúncio! O demo leve semelhante apostolado que faz com que os negrinhos desprezem as negrinhas, e só queiram sacrificar-se... casando com branca!<sup>39</sup>

Ao longo do texto publicado em *O Corsário*, o autor (desconhecido) acusa Patrocínio de manchar a “santa causa da abolição” ao casar-se com uma branca, além de desejar que esta seja estéril para não dar à luz à prole do “preto cínico”, claramente inferior à ela, e que mancharia o sangue branco da moça. O que é curioso é que o dono e o editor do jornal, Apulco de Castro, também era mulato. Feracim da Silva levanta a justificativa de que os ataques de cunho racial a José do Patrocínio, feitos por Apulco de Castro, levavam uma questão social acima da racial: Patrocínio extrapolava seu lugar na hierarquia imperial ao se alçar a um lugar de tamanha importância, como já o tinha em 1881. Filho de uma mulher escravizada com um padre, branco, Patrocínio saltara do “nada” para uma das figuras de maior importância no cenário da Corte e do Brasil num geral nas últimas décadas dos Oitocentos. Ao casar-se, ainda por cima, com a filha de um aristocrata da família Senna, o abolicionista estaria, enfim, ultrapassando o estrato social destinado a ele. Apulco de Castro, então, entendia a trajetória política, pessoal e profissional de Patrocínio como uma “deserção” de sua própria raça. Em outras palavras, os lugares ocupados pelo líder abolicionista não eram destinados a ele, e sim aos homens brancos, abastados e letrados.

Não é claro o envolvimento de Apulco de Castro com o movimento abolicionista. No entanto, o que se pode afirmar é que, mesmo sendo mulato, as teorias racialistas falavam alto em seus escritos. Mais alto do que a sua própria cor. Em outras edições de *O Corsário*, o autor chega a discursar sobre as características físicas de Patrocínio a fim de compará-lo com um escravizado, ou até mesmo para chamá-lo de feio. Isso serve para mostrar que tais teorias raciais permeavam não apenas o ambiente *branco* e letrado, mas também o ambiente e a mente dos *homens de cor*.

Nos abolicionismos expostos aqui, podemos enxergar diferentes maneiras as quais as teorias racialistas e abolicionistas se alastraram pelo território nacional. Não é preciso descrever aqui a conclusão de que a maneira de Patrocínio e de seu seletivo grupo foi aquela que menos ganhou força dentre aqueles que se esforçaram para teorizar a questão racial brasileira nos anos posteriores à abolição. Na próxima parte do artigo, será desenvolvida a análise de como as tais “maneiras” de declarar-se abolicionista degladiaram entre si na imprensa da Corte na década de 1880.

---

<sup>38</sup> Tal “apelido” repete-se em um poema escrito por Apulco de Castro sobre José do Patrocínio, em maio de 1881.

<sup>39</sup> *Casamento de um tipo*, *O Corsário*, 9 de fevereiro de 1881

## BRIGA DE GIGANTES: OS EMBATES ENTRE JOSÉ DO PATROCÍNIO E SÍLVIO ROMERO

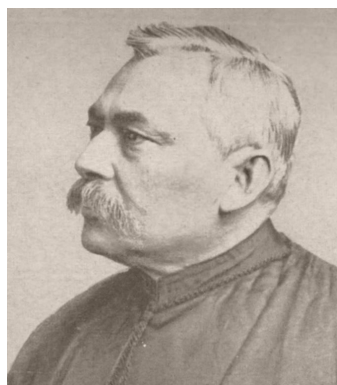
Como dito anteriormente, o abolicionismo de Sílvio Romero se diferenciava muito daquele propagado por José do Patrocínio e seus companheiros que, em 1883, formariam a Confederação Abolicionista. Em 1881, ao se recusar a comparecer a uma das Conferências Concerto organizadas por Rebouças e Patrocínio, Romero “evita uma adesão política ao abolicionismo”<sup>40</sup> e escreve um artigo justificando sua ausência na *Revista Brasileira*. As críticas escritas pelo sergipano na coluna *A questão do dia* de janeiro de 1881 se direcionavam primariamente à forma de ser abolicionista daqueles que defendiam a emancipação imediata e sem indenização aos senhores. Longe de atrever-se a compartilhar com Patrocínio e seu círculo de abolicionistas a retórica da compaixão, Sílvio Romero, mesmo considerando-se abolicionista, derramou suas preocupações contra a causa negra em mais de uma oportunidade em seus escritos. Em contrapartida ao que era proferido nas Conferências Concerto, importava-se com a mestiçagem e com o fim da escravidão apenas para atingir o patamar industrial do qual gozava a Europa.

Os embates iniciados por Sílvio Romero não hesitavam em abordar pessoalmente os envolvidos. Neste mesmo artigo, não perdeu a chance de chamar Joaquim Nabuco, também abolicionista e próximo ideologicamente de Patrocínio de “diplomata vistoso, sedento de notoriedade fácil” e de “pedantocrata”. Ao abordar a figura de Patrocínio, o tom se torna racial: embebido nas ideologias científicas do século XIX, os intelectuais da geração de 1870 não estavam isentos das teorias raciais que os rondavam; pelo contrário, se utilizavam amplamente delas. Na continuação de sua fala na *Revista Brasileira*, Romero se opõe à movimentação abolicionista da Corte, já que não iam “além das coquetices do pedantocrata Joaquim Nabuco e das declamações de um ou outro *sang-mêlé* transformado de chofre em vidente e diretor da opinião brasileira”<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Sílvio Romero: tensões de um Brasil em tempos de racismo científico e abolicionismo*. In *Capítulos da História intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo, Alameda, 2019, p. 69.

<sup>41</sup> ROMERO, Sílvio. *A questão do dia: a emancipação dos escravos*. In. *Revista Brasileira*, janeiro de 1881. \***Sang-mêlés**: em francês, o termo significa “meio-sangue”.



**Imagem III:** Sílvio Romero (1851-1914)

Ao chamar José do Patrocínio e os outros mulatos envolvidos no processo abolicionista de *sang-mêlés\**, Sílvio Romero dá uma conotação negativa à miscigenação, a qual ele tanto defendia. Isso se deve ao fato de Romero defender a procriação entre raças estritamente para embranquecer tanto a tez, quanto as ideias da gente de cor. Talvez, para ele, a condição de mestiços dos abolicionistas os quais ele atacava não os colocasse no patamar de branquitude que o crítico considerava desejável. Além disso, pode-se considerar que a “radicalização” dos discursos de Patrocínio e Rebouças, que previam a igualdade jurídica entre negros e brancos, e ainda arquitetavam um projeto de democracia racial, era digna de medo de uma suposta *haitização* do Brasil, que para Alberto Luiz Schneider, no caso de Romero, significava mais uma *africanização* da população brasileira do que uma revolução escrava propriamente dita.

Ainda é possível considerar que, por “transformado de chofre em vidente e diretor da opinião brasileira”, Romero, de alguma maneira, entendia que os mulatos e pretos envolvidos na intenção de mudança do cenário político e social no Império extrapolavam seus lugares enquanto pessoas de cor. A mesma observação não é feita sobre Nabuco, homem branco e da alta sociedade. Ademais, não são estas as únicas coisas a serem destacada aqui: a naturalidade com a qual se racializa uma figura para desqualificá-la é digna de nota, e diz muito sobre a mentalidade da intelectualidade do fim do XIX.

Para Sílvio Romero, era clara a inferioridade das pessoas de cor em relação aos brancos. Na continuação de seu artigo para a *Revista Brasileira*, ele “desautorizava homens como Patrocínio a cogitarem se supor ‘mais ilustrados, mais lúcidos, mais desprendidos de prejuízos do que o ilustre materialista [Thomas] Huxley’<sup>42</sup>”.<sup>43</sup>

Pode ser absolutamente certo que alguns negros sejam superiores a alguns brancos; mas nenhum homem de bom senso, bem esclarecido sobre os fatos, poderá crer que em geral o negro valha tanto quanto o branco e muito menos seja-lhe superior. [...] Nossos irmãos negros não

<sup>42</sup> ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, janeiro de 1881

<sup>43</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Op. cit.*, 2014, p. 99-100.

poderão, pois, chegar aos mais altos lugares da hierarquia estabelecida pela civilização, ainda que não seja necessário confiná-los lá para última classe. Qualquer que seja a posição ou equilíbrio estável em que as leis da gravitação social colocarem o negro, se ainda ele se mostrar descontente da sua sorte, não terá mais de quem se queixar senão da natureza.<sup>44</sup>

Dessa maneira, Romero joga a questão acerca da ressocialização de libertos após a Abolição à Fortuna da natureza, como se não houvesse esforço a ser feito que vencesse a inferioridade biológica da raça negra. Como dito anteriormente neste artigo, não era costumeiro que aqueles que se declarassem abolicionistas endereçassem tal questão; ela era, é bom lembrar, uma particularidade de Patrocínio e seu círculo abolicionista mais próximo. No entanto, não é difícil notar que, ao esgotar-se a instituição da escravidão, “surgia uma nova forma de inferiorização dos negros pela via do discurso cientificista- mas também por meio da retórica do progresso e de um nacionalismo mestiço embranquecedor. [...] O binômio *senhor e escravo* lentamente ia cedendo lugar a outro binômio: *brancos e negros*”<sup>45</sup>.

Tal lógica abolicionista não parecia fazer sentido para André Rebouças, que, em ocasião do artigo publicado na *Revista Brasileira*, escreveu em seu diário “conflito com o escravocrata Sílvio Romero. As resistências dos escravocratas se acentuam.”<sup>46</sup>. Tampouco convencido estava Patrocínio, que, em resposta, tanto aos ataques pessoais, quanto à falta de preocupação com a causa negra, vociferou contra Romero na *Gazeta de Notícias*: chamou-o de “teuto\* maníaco de Sergipe”, “Spencer<sup>47</sup> de cabeça chata”, “sectário de um materialismo energúmeno”, “lacaio”, “canalha” e, finalmente “escravocrata”<sup>48</sup>.

Em ambas as considerações, uma palavra se repete, tanto pela calma e concisão de André Rebouças, quando pela raiva estampada em José do Patrocínio. A acusação de “escravocrata” por dois líderes abolicionistas não vem em vão, e é compreensível pelo já explicado acima: antes de ser abolicionista, Romero era um liberal spenceriano, cujas visões conservadoras mais conversavam com a manutenção da lógica escravista e oligárquica do que com as ideias que tomavam o cenário abolicionista do final do século XIX, já que o sergipano defendia o direito à propriedade e, por isso, entendia que a única maneira de se acabar com a escravidão eram por meios de esgotamento orgânico desta, e não por sua proibição pelo Estado.

Além da manifestação de Patrocínio na *Gazeta de Notícias*, Vicente de Souza, outro dos *sang-mêlés* sobre os quais Romero se referia, debateu ponto a ponto do que foi estampado pelo

---

<sup>44</sup> ROMERO, Sílvio. *A questão do dia*. In. *Revista Brasileira*, janeiro de 1881.

<sup>45</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Op. cit.*, 2019, p. 75 e 77.

<sup>46</sup> REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1938, p. 293.

\***teuto**: alemão.

<sup>47</sup> Refere-se, nesse caso, à ideologia liberal à qual estava ligado Sílvio Romero. O “apelido” faz referência a Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês adepto do liberalismo e leitor de Darwin que buscava aplicar na sociologia perspectivas retiradas das ciências naturais.

<sup>48</sup> PATROCÍNIO, José do. *Gazeta de Notícias*, 7 de fevereiro de 1881.

sergipano na *Revista Brasileira* em uma Conferência Concerto, no dia 6 de fevereiro de 1881. Com um exemplar da *Revista* nas mãos, discursou para cerca de oitocentas pessoas e arrancou ovação da platéia do Teatro São Luiz. Em um dos trechos de sua fala, transcrita no dia seguinte na *Gazeta da Tarde*, Vicente de Souza lamenta que tais considerações tenham sido feitas por alguém que havia se disposto a ser um dos oradores da Conferência, e passa a defender Joaquim Nabuco das ofensas pessoais direcionadas a ele por Sílvio Romero:

Há um abismo entre ele [Nabuco] e os miseráveis que andam, neste momento solene, a inventar distinções de raças; a promover a cizânia na família brasileira, a procurarem inocentar seu egoísmo nefando, seu parasitismo insaciável, mentindo que são de raça ariana e que têm o direito de explorar indefinidamente a infeliz raça africana.<sup>49</sup>

Após tais acusações, não tardou a resposta de Sílvio Romero. No mesmo mês, Romero deu início a uma série intitulada *De uma cajadada dois coelhos* na *Gazetinha*, que consistia em ataques a Patrocínio e a Vicente de Souza que partiam de um lugar de zoomorfização de suas figuras: primeiro, coelhos, depois bestas que “vilmente o teriam insultado”<sup>50</sup>. Dentre as ofensas, Romero os chama de “uns zulus\* estonteados da baixa demagogia”; “dois míseros canalhas, insensatos, sem critérios, que fazem da vida de atassalhar a todos, em trôpegas arengas que tresandam nauseabundo\*\* bodum\*\*\* negro!”; “dois capangas das letras que caíram sobre mim com suas navalhas afiadas”. Para Romero, estas ofensas eram justificáveis porque as críticas “covardemente” direcionadas a ele iam contra aquilo que era científico, já que “por amor à verdade e aos fatos, não confundo *emancipação dos escravos com elogio de negro!*”. Dessa maneira, errados estavam Vicente de Souza e Patrocínio, a quem ele chama de “demônio familiar”, em clara alusão à peça<sup>51</sup> de 1857 do escravista José de Alencar<sup>52</sup>, que “por serem homens de cor”, tiveram a audácia de levantar “a questão no terreno da comparação das raças, pregando a superioridade do africano sobre os povos dos outros continentes”.

O tom utilizado por Sílvio Romero nesta série da *Gazetinha* mostra realmente que, para ele, a emancipação dos escravos nada tinha a ver com a humanização e a inclusão de negros como parte integral da sociedade brasileira. Não bastasse a apresentação na *Revista Brasileira* de

<sup>49</sup> *Gazeta da Tarde*, 7 de fevereiro de 1881, p. 1-2.

<sup>50</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Op cit.*, 2014, p. 102.

\***zulu**: povo do sul da África.

\*\***nauseabundo**: que causa náuseas.

\*\*\***bodum**: exalação almiscarada e, para o homem, fortemente malcheirosa, do bode não castrado.

<sup>51</sup> *O Demônio Familiar* (1857) conta a história de um moleque escravizado, Pedro, que cria uma rede de intrigas na família a qual pertence. Seu senhor, ao descobrir o que o menino tramava, resolveu puni-lo com a liberdade, pois “seria como dar o fogo sagrado a Prometeu conceder a liberdade ‘a essas massas brutas’, despreparadas” (ALONSO, 2015, p. 61)

<sup>52</sup> Para saber mais sobre o envolvimento de José de Alencar nas discussões acerca do escravismo e da abolição, ler o capítulo *Escravidismo de Circunstância* do livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, de Angela Alonso.

concepção liberal de que o fim da escravidão deveria ser orgânico, e de que os negros deveriam ser largados à própria sorte, os termos a serem utilizados por ele em *De dois coelhos uma cajadada* demonstram total descaso não apenas por aqueles que seriam os alvos de seus ataques, mas também por toda a população de cor, tanto cativa, quanto livre e liberta. Sílvio Romero, ao adjetivar desta maneira José do Patrocínio e Vicente de Souza, contribui para a perpetuação daquilo que a retórica da compaixão antiescravista tentava quebrar, e faz jus à palavra “inimigo”, utilizada por Patrocínio algum tempo depois. Afinal, o que foi dito por ele não teve apenas o objetivo de desqualificar ideias. Era de se esperar que o sergipano fosse negar a inteligência de seus oponentes para fazer valer a sua ideia, especialmente porque já havia dado seu veredicto em relação ao que pensava sobre a natureza dos negros. O discurso de Romero visava enfatizar a inferioridade física, moral e intelectual das pessoas de cor, e tão inferiores eram que, aos olhos do crítico, tornaram-se comparáveis a animais.

Em suas respostas a Sílvio Romero, publicadas entre 13 e 21 de fevereiro de 1881, José do Patrocínio se dispôs a contrapor sobre aquilo que julgava serem fragilidades e impropérios no discurso da outra parte, não antes de discorrer sobre a pessoa de Romero com os requintes de dramaticidade que eram recorrentes de sua pessoa:

Você é um miserável, um infame, um canalha de marca maior (brevet d'invention), um Sílvio, um vilão, um traste, uma vasilha muito ordinária, um Romero, um cão, um traidor, um troca nomes, um sevandija, um pedante com fumaças de filósofo, um miserável (outra vez), um ex-Silvério, um chichisbéu da literatura, uma alma de lacaio, um pulha; um belchior da jurisprudência. Caiapó da crítica e, sobretudo, muito canalha e muito infame; mas muito mesmo<sup>53</sup>

Depois, reconheceu que o assunto das raças estava em pauta em discussões do meio abolicionista, mas negou que o sentido a ser empregado era a superioridade dos negros em relação aos brancos; pelo contrário, discutia-se a impossibilidade de uma ser superior à outra. Para respaldar seu argumento, trouxe à tona as teorias do positivista francês Pierre Laffitte:

Não há infâmia, não há opressão, não há guerras internacionais que os partidários das raças não possam justificar. Na opinião deles, o mundo divide-se em duas partes: nações superiores e nações inferiores; raças que devem conquistar, e outras cujo desgraçado destino é serem conquistadas. Sobre essas pesa uma espécie de fatalidade contra a qual será inútil revoltarem-se; o melhor que podem fazer é cumprir o seu fadário e resignar-se. [...] Todas as superioridades individuais ou coletivas não representam senão a cultura especial demorada de uma

---

<sup>53</sup> Gazeta de Notícias, 13 de fevereiro de 1881, p. 2.

aptidão, cujo germe existe quase no mesmo grau em todos.<sup>54</sup>

Tal exposição mostra que Patrocínio estava à par das teorias que davam luz a seu discurso, e que sabia muito bem utilizá-las. Contudo, entendia ser contraproducente explicar tais teorias a alguém como Sílvio Romero, “que se contradizia ao falar sobre o potencial da inteligência e do progresso do país por não saber lidar com as origens raciais do seu povo; e que dividia ‘os homens em duas classes; pedantes, bestas, nulidades, cadáveres; e sábios, grandes poetas, grandes oradores’, e tinha a ousadia de incluir Machado de Assis na primeira”<sup>55</sup>. Vicente de Souza também endereçou tais questões na *Gazeta de Notícias* e colocou em xeque, com uma sombra de ironia e embebido na retórica da compaixão, a suposta superioridade ariana de Sílvio Romero:

E não nos dirá Sílvio quem foi o negro que armou os bergantins, que fez comércio de carne humana para a América, que violou as leis, as convenções, os decretos; que assassinou dentro dos porões infectos a milhares de desgraçados; que abriu as escotilhas, lançou ao mar a carga negra, para fugir ao cruzeiro inglês?

Sílvio faz questão de cores: chama-nos negros; faz bem.

Faz bem porque entre tais avocações esquece que é preferível descender das vítimas a ser oriundo dos algozes; faz bem porque, entre tais avocações, esquece a que raça pertenceram os infames mercadores de gado humano; a que nobreza filiam-se os barões feitos com o contrabando; os viscondes nomeados pela violação das leis; os condes reconhecidos pela força do roubo, do assassinato, das bandeiras, da escravização de homens livres.

Sílvio é branco, é alemão e puro, puríssimo... pois bem, se Sílvio fosse escravo, mesmo sendo branco e atrevido, nós faríamos questão de dar-lhe a carta de liberdade... porque fazemos [disso] uma questão de PRINCÍPIOS e não uma parvoíce de cores<sup>56</sup>

É possível, por estes trechos aqui destacados, perceber como a retórica abolicionista de pensadores como José do Patrocínio e Vicente de Souza se arquitetava. A defesa da abolição não estava pautada apenas na igualdade jurídica e social entre as raças, embora esta questão se fizesse presente, especialmente na exposição de Patrocínio. Como destaca Vicente de Souza em suas próprias letras garrafais, a questão da emancipação dos escravizados não era

<sup>54</sup> Laffitte *apud* *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1881, p. 2.

<sup>55</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1881, p. 2; 19 de novembro de 1881, p. 2; e 21 de fevereiro de 1881, p. 2 *apud* PINTO, 2014. p. 107-108.

<sup>56</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de fevereiro de 1881, p. 2.

simplesmente por conta do esgotamento econômico do trabalho compulsório, como defendia Sílvio Romero. Era, sim, uma questão de princípios, de liberdade individual, independente da cor do escravizado. É claro que, no contexto da escravidão moderna, as únicas cores a serem libertas eram aquelas que, de alguma forma, derivavam da negra.

Muito mais há para se mostrar da “interlocução elegantíssima entre cavalheiros”<sup>57</sup> que tomou conta dos periódicos e revistas da Corte nos meses que seguiram fevereiro de 1881. No entanto, os argumentos a serem utilizados são apenas uma repetição dos que já foram mostrados e, portanto, trazê-los aqui seria contraproducente para o que propõe este breve artigo. Dessa maneira, encerra-se aqui a recapitulação da luta entre dois gigantes do cenário abolicionista fluminense do final do XIX.

## OS ATAQUES RACIAIS DE APULCO DE CASTRO

Cerca de um mês após o casamento de José do Patrocínio com Henriqueta Senna, branca e de família aristocrática, *O Corsário* publicou um artigo de autoria desconhecida que discorria sobre a natureza do casamento. Como observa Ana Flávia Magalhães Pinto em sua tese (PINTO, 2014), não é necessária aqui a reprodução do texto por inteiro para que se perceba o tamanho da violência do artigo; é possível notá-la em cada palavra. Minha seleção dos trechos que trago nesta parte do artigo, em específico, dizem respeito à análise que pretendo construir de como se dava a visão do periódico acerca da questão racial em cima da figura de Patrocínio.

Mesmo que não houvesse assinatura do autor, a edição do periódico era de responsabilidade de Apulco de Castro, que também era dono do jornal. Dessa maneira, é possível afirmar que o texto passou por suas mãos antes de ser publicado e, de alguma maneira, refletia aquilo que ele mesmo pensava sobre Patrocínio e seu casamento:

Mas com quem foi casar-se o imaculado apóstolo protetor dos negros seus parceiros? Procurou por ventura fazer a felicidade de uma pretinha sua parenta? Escolheu alguma Dona de sua própria raça, de popa planturosa e catinguenta a valer?

Pois não! Nessa não caiu o nosso moleque.

Isso é bom para os tolos, para os boçais parceiros, não para os quilombolas da grande imprensa moralizadora da Corte, não para o espertalhão jornalista ganhador.

O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e... branca. O fato é

---

<sup>57</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Op cit.*, 2014, p. 105.

que alcançou o *desideratum* à medida de seus atrevidos sonhos<sup>58</sup>

Retomando, então, a análise de Ana Carolina Feracin da Silva, a perseguição de Apulco de Castro, também mulato, a José do Patrocínio perpassa a questão racial e adentra a social: como é possível ver no trecho acima, *O Corsário*, expressa seu descontentamento em relação a Patrocínio não apenas por ele ser preto, e sim por não respeitar o estrato social destinado a indivíduos de sua cor. Era dono de um periódico relevante, amigo próximo de membros da aristocracia, como da família Senna e da Rebouças, e era importante para o cenário abolicionista e republicano, não só da Corte, mas do Império num geral. A crítica e as ofensas raciais partidas do periódico denunciavam não só a suposta deserção da raça de Patrocínio, como também o acusava de oportunista por casar-se com uma membra da aristocracia, ao invés de escolher alguém de sua própria raça. Isso não significa, no entanto, que sejam menos graves os ataques. Ao utilizar-se de adjetivos como “catinguenta”, o autor atesta sua posição quanto à inferioridade da raça negra, esta que também carregava no sangue.

Após este artigo publicado, sem autoria, n’*O Corsário*, o editor deste se comprometeu a desmascarar “os miseráveis que procuraram envenenar o artigo que nos foi enviado sobre o Sr. José do Patrocínio e que aceitamos por não ofender a grande e importante classe dos homens de cor do nosso país”<sup>59</sup>. Dessa maneira, o periódico buscou se livrar tanto da autoria do ataque a Patrocínio, quanto do caráter racial dele. A promessa, como é de se esperar, nunca foi cumprida, e a autoria do artigo permaneceu desconhecida. No entanto, em 13 de fevereiro, Patrocínio pede para que seja publicado um artigo seu na *Gazeta de Notícias* se defendendo de ataques recentes de Sílvio Romero proferidos contra ele e seu amigo, também preto, o médico Vicente de Souza, publicados na *Gazetinha*. Na frase de abertura, lê-se “O Sr. Sílvio Romero escreveu ontem um *Corsário* contra mim e o meu amigo o Sr. Dr. Vicente de Souza”<sup>60</sup>

Ana Flávia Magalhães Pinto retoma a suspeita de Raimundo de Magalhães Júnior<sup>61</sup> de que Patrocínio, ao omitir o nome do periódico onde foram publicados os ataques, e, ao invés disso, decidir-se pela palavra “corsário”, acusava Sílvio Romero da autoria de *Casamento de um tipo*. A suspeita, no entanto, nunca foi confirmada, embora seja correto afirmar que *O Corsário* possuía certo apreço pelo crítico sergipano<sup>62</sup>. Já Feracin da Silva atesta que a autoria do texto é, provavelmente, do próprio Apulco de Castro.

Segundo Ana Carolina Feracin da Silva, “José do Patrocínio foi, sem dúvida, um dos

<sup>58</sup> *Casamento de um tipo*. *O Corsário*, 9 de fevereiro de 1881, p. 2.

<sup>59</sup> *O Corsário*, 12 de fevereiro de 1881, p. 3.

<sup>60</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1881

<sup>61</sup> Autor de uma das biografias de José do Patrocínio, datada de 1969, intitulada *A vida turbulenta de José do Patrocínio*.

<sup>62</sup> Na edição de número 65 d’*O Corsário*, de 1883, uma coluna sem autoria procura defender Sílvio Romero das acusações que Vicente de Souza fazia sobre ele, “procurando por todos os meios, com falsos argumentos e dislates, obscurecer o talento robusto de Sílvio Romero” (p. 3)

principais alvos de *O Corsário* durante seus três anos de circulação”<sup>63</sup>. Sobre esses ataques frequentes à figura de Patrocínio, Ana Flávia Magalhães Pinto parece ter uma opinião um tanto contraditória:

Acontece que, até o comentário sobre o casamento, as referências a Patrocínio chegavam a se remeter à sua origem racial, mas não tornavam isso motivo em si para desqualificá-lo, limitando-se ao uso do trocadilho “Preto Cínico” com o seu nome por uma única vez. No mais, eram, sobretudo, condenações de ordem político-moral, tal como ocorrera com Joaquim Nabuco e outros considerados “oportunistas” e “traficantes” que grassavam por Trampolinópolis – codinome dado à Corte. Em outras situações, questionava-se a seriedade do compromisso com a causa abolicionista, de modo a realçar a posição do Corsário, que não estava ligado a grupos e, portanto, teria mais autonomia em relação aos abolicionistas em ascensão, como Patrocínio e Nabuco, além de Ferreira de Araújo e Ferreira de Menezes.<sup>64</sup>

Para a autora deste presente artigo, a comparação dos ataques a Patrocínio e a Nabuco, tal como o faz a citação acima é descabida; isto porque Joaquim Nabuco, um homem branco, caso acusado de alguma imoralidade, ou caso fosse desbancado politicamente, ainda resguardava-se de sua integridade física e racial. Patrocínio, por outro lado, mesmo que fosse descredibilizado por questões ideológicas, nunca se livraria da sua “mácula de sangue”. Sofreria, assim, dois tipos de ataques diferentes, mas que para a sociedade cientificamente racista do século XIX, andavam de mãos dadas. Nunca seria chamado apenas de oportunista. A adjetivação da cor sempre viria antes, e a racialização de sua figura servia para rebaixar toda a população de pretos e mulatos. O trocadilho ao qual Ana Flávia Magalhães Pinto se refere, *Preto Cínico*, era utilizado pelo *Corsário* contra Patrocínio desde 1880, embora sua maior expressão tenha sido por meio de um poema de maio de 1881. Nele, recriava-se os anúncios de escravizados fugidos, frequentes nas folhas dos grandes jornais que não se declaravam abolicionistas:

Fugiu-me, fazem dous meses,  
O meu moleque Proudhomme.  
Tem fugido muitas vezes  
Fugiu-me, fazem dous meses.  
Quando comprei-o aos ingleses  
Não era esse o seu nome...

<sup>63</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas. Unicamp, 2006, p. 105

<sup>64</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, 2014, p. 96-97.

Fugiu-me, fazem dous meses  
O meu moleque Proudhomme.

O moleque de que trato  
É o meu crioulo José:  
Também se diz Zé do Pato  
O moleque de que trato

Vive como cão com gato,  
Mordendo no rodapé!  
O moleque de que trato  
É meu crioulo José!

Tem sinais particulares  
O meu crioulo fujão,  
Desde a cara aos calcanhares  
Tem sinais particulares!  
Tem do macaco os esgares  
E as vilanias do cão!  
Tem sinais particulares  
O meu crioulo fujão!<sup>65</sup>

É importante ter em mente que Patrocínio, desde tempos antes da publicação do infame poema, já fazia parte do cenário político, jornalístico e social da Corte e do Império num geral. Dessa maneira, não é difícil imaginar o constrangimento que deve ter sido ser rebaixado, mesmo que literariamente, à condição de “preto fujão”, especialmente considerando o fato de que o autor fez questão de identificá-lo, não só pelo título do poema, mas também com os codinomes que utilizava, desde 1877, para assinar seus textos de cunho político. Sobre a sua consanguinidade com os escravizados, Patrocínio exprime sua opinião, em 1880, na *Semana Política*, sua coluna na *Gazeta de Notícias*, ao defender-se de um ataque racista de um parlamentar, destinado à sua pessoa:

O folhetinista não tem vexame da consangüinidade com os escravos; pelo contrário, faz desse fato a inspiração santa do seu ardor pela causa da abolição. Apela desassombradamente para as suas fâces, onde mais do que a cor da sua raça, vê-se a escuridão do destino dela.

Tem mesmo orgulho quando pode encarar de frente um senhor de escravos. É o orgulho do descendente do roubado diante do ladrão: é o orgulho do homem do trabalho diante do que vive a chupar o sangue dos seus irmãos.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> *O Preto-cínico, O Corsário*. 11 de maio de 1881.

<sup>66</sup> [José do Patrocínio] Proudhomme. *Semana Política. Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1880.

José do Patrocínio nasceu livre, nunca viveu na condição de escravizado, nem precisou ter sua liberdade conquistada. No entanto, ainda era passível de comparação a um escravizado pela sua condição de negro, mesmo gozando de certo prestígio social e de viver num ambiente destinado a homens brancos e letrados. Em *Preto Cínico*, o autor faz questão de exercer sobre ele uma dominação hierárquica ao rebaixá-lo a mercadoria viva. Mais uma vez, mesmo não sendo assinado, o texto carrega as intenções que tinha *O Corsário* de atacar José do Patrocínio de toda e qualquer maneira que podia.

Até onde alcançou a minha pesquisa, não houve resposta direta de Patrocínio aos ataques deferidos a ele pelo *Corsário*. No entanto, há o registro da acusação de Apulco de Castro da tentativa de suspensão de seu periódico por meio de um pedido à promotoria pública, vindo de Patrocínio, em 20 de novembro de 1880, alguns meses antes das publicações de *Casamento de um tipo* e de *Preto Cínico*, o que nos evidencia que, de fato, a menção a José do Patrocínio n' *O Corsário* era frequente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciências e letras  
 Não são para ti  
 Pretinho da Costa  
 Não é gente aqui  
 [...]  
 Desculpa, meu amigo,  
 Eu nada te posso dar;  
 Na terra que rege o *branco*  
 Nos privam té de pensar!...<sup>67</sup>

Como é possível perceber pela exposição das fontes aqui, a tentativa de desqualificação de José do Patrocínio e dos outros abolicionistas negros cuja militância consistia em alterar, do nível mais pessoal ao mais alto escalão político, a opinião pública acerca da escravidão foi profundamente entranhada à questão do lugar dos homens negros na sociedade devido à sua inferioridade. Na mentalidade cientificamente racista do século XIX, a qual piamente acreditava na inferioridade natural da raça negra e que justificava por ela os infortúnios que viriam pós-escravidão, era incabível que um homem negro, mesmo que letrado, gozasse da

---

<sup>67</sup> GAMA, Luiz. *No álbum do meu amigo J. A. da Silva Sobral*. In: *Luiz Gama, Primeiras trovas burlucas & outros poemas*. Edição de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 32.

mesma inteligência de um branco.

Era por isso que, em minha percepção, gastou-se tanta saliva para tentar rebaixar José do Patrocínio ao lugar que achava-se que ele pertencia. Como dito anteriormente, tal esforço não foi feito com Joaquim Nabuco, branco e aristocrata, pois este estava correto em gozar de seu direito de intelectual e de forjador da opinião pública. Ao acusar José do Patrocínio de oportunista, em 1881, não bastou para Apulco de Castro o uso apenas desse adjetivo. Precisou injuriar o “preto cínico”, fazendo questão de que o que dizia sobre ele tivesse a ver com sua “mácula de sangue”. O mesmo o fez Sílvio Romero em sua série na *Gazetinha*. Portanto, como problematizei anteriormente, a desqualificação de Patrocínio estava sempre ligada à sua condição racial, e não apenas ao que a oposição pensaria de sua pessoa, caso sua cor fosse outra. Não havia, nas personagens estudadas em minha pesquisa, a perspectiva de separação entre a cor de pele e a discordância de ideias.

Desse modo, os “inimigos” que trago no título não eram propriamente do *abolicionismo* de Patrocínio, embora discordassem dele. Nos escritos, tanto de Apulco de Castro, quanto de Sílvio Romero, a discussão acerca de seus respectivos projetos de Brasil vinha em segundo plano; em primeiro, estava sempre a questão racial e a busca de desqualificação por meio dela. Poderíamos utilizar-nos da palavra “adversários”, ou de “rivais”, se o embate realmente se tratasse apenas de visões políticas que não se complementam. No entanto, nenhuma palavra faz mais jus à injúrias e ofensas que Patrocínio sofreu do que a que ele utilizou em 1885 e que eu reutilizo agora.

**FONTES**

*Gazeta da Tarde*  
*Cidade do Rio*  
*O Corsário*  
*Revista Brasileira*

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALONSO, Angela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15 n 44. 2000.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A “Gazeta da Tarde” e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio*. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, 2014.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Sílvio Romero: tensões de um Brasil em tempos de racismo científico e abolicionismo*. In *Capítulos da História intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo, Alameda, 2019.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas. Unicamp, 2006.